

**Prefeitura Municipal de Monte Carmelo**

Estado de Minas Gerais

Protocolo

**RECIBO**

Inscrição

0018521/2018

Setor/Quadra/Lote/SubLote

Data: 17/12/2018 16:22:46

Impressão: 17/12/2018 16:23:30

Requerente: 000277137 - M2 ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA ME

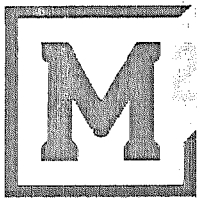
CNPJ: 22.615.610/0001-32

Endereço: ALAMEDA DAS CAVIUNAS, 3265

Documentos Solicitados

018174/018 - Geral: RECURSO DE LICITAÇÃO

APRESENTA RECURSO CONTRA HABILITAÇÃO DE OUTREM REF. AO PROCESSO Nº 104/18, TP Nº 07/18. SETOR DE LICITAÇÃO.



## RECURSO CONTRA HABILITAÇÃO DE OUTREM

PATROCÍNIO, 17 DE DEZEMBRO DE 2018

Ilustríssimo Iscleris Wagner Gonçalves Machado  
Presidente da Comissão de Licitação do Município de Patrocínio - MG.

**Ref.:**

**Processo nº:** 104/2018

**Modalidade:** Tomada de preços

**Edital nº:** 7/2018

**Tipo:** Menor Preço Global

**Objeto:** REFERE-SE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA, PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA E COBERTURA DA QUADRA DE ESPORTES DO BAIRRO LAGOINHA, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 843.962/2017, FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO DE ESPORTE/CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO – MG.

A empresa M2 ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA, CNPJ: 22.615.610/0001-32, com sede em PATROCÍNIO – MG, à ALAMEDA DAS CAVIUNAS, 3265 – MORADA NOVA, por intermédio de seus representantes legais, o(a) Sr(a) MATHEUS ASSIS VIEIRA, portador(a) da Carteira de Identidade nº RG: MG – 14.309.146 – PC/MG e do CPF nº 080.190.016-62, e o(a) Sr(a) ANDRESSA DE SOUZA ALVES, portador(a) da Carteira de Identidade nº RG: MG – 16.702.115 – PC/MG e do CPF nº 111.179.376-07, infra assinado, tempestivamente, vem, com fulcro na alínea “ a “, do inciso I, do art. 109, da Lei nº 8666 / 93, à presença de Vossa Excelência, a fim de interpor

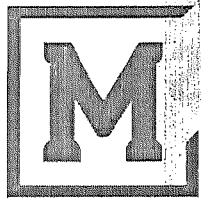
### RECURSO ADMINISTRATIVO.

contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que julgou habilitada as licitantes JOÃO SILVEIRA CONSTRUÇÕES – ME e MEGA FORTE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI – ME, apresentando no articulado as razões de sua irresignação.

#### **I – DOS FATOS SUBJACENTES**

Acudindo ao chamamento dessa Instituição para o certame licitacional susografado, a recorrente e outras licitantes, dele vieram participar.

Sucede que, após a abertura do Envelope II - Proposta Orçamentária, apresentada pelas demais licitantes, a Comissão de Licitação culminou por julgar habilitada as empresas



JOÃO SILVEIRA CONSTRUÇÕES – ME e MEGA FORTE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI – ME, mesmo as empresas apresentando divergência na composição do cálculo BDI e no cálculo da planilha orçamentária, documentos ora exigidos pelas normas editalíssimas Seção IX - Item 43 – subitem 43.1 e Lei nº 8666 / 93:

## II – DAS RAZÕES DA REFORMA

De acordo com Edital da licitação em apreço, estabelecido ficou, entre outras condições de participação, que as licitantes deveriam apresentar no Envelope II - Proposta Orçamentária, conforme Seção IX - Item 43 – subitem 43.1, os seguintes documentos, o qual menciona:

43.1 – Planilha de serviços, Cronograma Físico Financeiro e Informação do BDI.

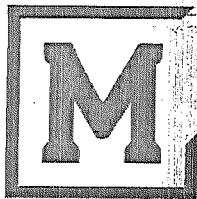
Ainda nas condições do edital em processo, Seção IX - Item 48, menciona também que:

48 – Em nenhuma hipótese, o conteúdo das propostas poderá ser alterado, seja em relação às características técnicas, marcas, modelos, prazo de entrega, prazo de garantia e preço dos serviços, equipamentos e materiais ou de qualquer outra condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvas, aquelas destinadas a sanar apenas falhas formais, alterações dessas que serão analisadas pela Comissão Permanente de Licitação.

Entretanto, após abertura do Envelope II - Proposta Orçamentária, podemos observar que as duas empresas mais bem colocadas no certame, apresentou erro na composição e cálculo do BDI, afetando claramente a planilha orçamentária, ocorrendo mudança de valores finais.

Após conferência das propostas apresentadas podemos concluir que as empresas JOÃO SILVEIRA CONSTRUÇÕES – ME e MEGA FORTE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI – ME, apresentaram diferentes erros na composição do cálculo de BDI.

Primeiramente, os dois sócios e representantes dessa empresas declaram em mesa na presente licitação, juntamente com os participantes da Comissão de Licitação, utilizar do **BDI SEM DESONERAÇÃO**, o qual o impede perante a lei de recolher o imposto CPRB,



que é a Desoneração da Folha de Pagamento para caracterizar o tributo, pois, em tese, a CPRB tende a ser menor que a contribuição previdenciária calculada sobre a folha.

Entretanto ao verificar o cálculo das empresas mais bem classificadas no certame podemos verificar que as mesmas informaram utilizar do cálculo SEM DESONERAÇÃO, entretanto apresenta o cálculo COM DESONERAÇÃO, podendo-se concluir que as duas empresas não montaram nem a planilha orçamentária nem o composição do cálculo de BDI, utilizando a planilha pronta fornecida pela a Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG.

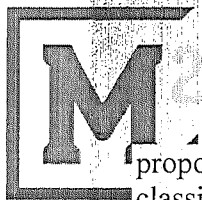
As empresas JOÃO SILVEIRA CONSTRUÇÕES – ME e MEGA FORTE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI – ME, não utilizaram de parâmetros exigidos conforme Acórdão 2.622/2013, para cálculo da sua composição de BDI, uma vez que o Acórdão informa que para se calcular o BDI, temos que utilizar uma faixa referencial com valores segundo o modelo contábil escolhido e adotado pela empresa para sua administração.

Sendo assim, já podemos concluir que as propostas apresentadas são inválidas, uma vez que todos os itens da planilha orçamentária deverá passar por uma redução de 4,5% referente ao valor que empresa utilizou para cálculo do imposto CPRB, afetando também o valor final da proposta, o que perante a Lei nº 8666 / 93 é ilegal.

Ainda analisando as propostas orçamentárias das concorrentes, verificamos que a empresa MEGA FORTE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI – ME, apresentou erro no cálculo do BDI, pois segundo documento anexado os valores fornecidos na COMPOSIÇÃO DO BDI dessa empresa resultaria no valor final de 32,12% (como podemos verificar no anexo 1 desse recurso) e não o valor de 27,72% informado pela a empresa, o que afetaria ainda mais o valor final global da planilha orçamentária dessa empresa.

Ainda em análise do cálculo apresentado pela a empresa MEGA FORTE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI – ME, podemos verificamos que a empresa apresentou um recolhimento do tributo de ISS igual a 3,20%, sendo esse valor incompatível com o recolhimento feito pela a Prefeitura Municipal de Monte de Carmelo, que recolhe o valor de 3% para o imposto de ISS, deixando subentendido para onde iria o recolhimento desses 0,20% informados a mais na proposta orçamentária.

Segundo o TCU e Lei nº 8666/93, na análise das propostas, a Administração local deve verificar a conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda, com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das



propostas desconformes ou incompatíveis com o edital (art. 43, IV). Ainda, o julgamento e classificação das propostas devem estar de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital (art. 43, V), algo que empresa declarada vencedora do certame não está seguindo.

A análise é de grande importância e rigor, pois dela resultará a contratação para a Administração, que deve buscar a melhor proposta, não deixando de lado a inidoneidade da empresa.

A Comissão Permanente de Licitação, sobre um parecer imediato, da presente situação, optou por habilitar a empresa mais bem colocada no certame, deixando claro, que iria solicitar parecer técnico do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, sendo assim, solicitamos que a empresa busque pelas informações sólidas referente, as informações apresentas nesse recurso, e não esqueça, do objetivo maior, que seria optar pela empresa que estivesse com toda a documentação em pleno acordo com o Edital nº 07/2018, fornecido pela Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG, o qual cita no Seção XV– Julgamento das Propostas – item 84

84 – A Comissão Permanente de Licitação, além do recebimento e exame das propostas caberá o julgamento da obediência as condições aqui estabelecidas, bem como seus anexos, e a decisão quanto às dúvidas ou omissões a este Edital.

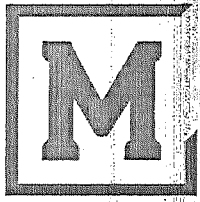
Diante da análise do item nº 84, podemos observar que conforme citado pelo Engenheiro, Advogado e Auditor Cláudio Sarian Altounian “Apenas o menor preço global não assegura a proposta mais vantajosa”:

Apenas o menor preço global não assegura a proposta mais vantajosa. É necessário que realize detalhada verificação das propostas recebidas. Conforme demonstrado na seção 7.7.2 do capítulo anterior, a análise dos preços unitários das propostas é muito importante a fim de evitar problemas futuros, seja por antecipação de pagamentos, seja por pagamentos de aditivos superfaturados. (ALTOUNIAN, 2011, p.211).

Em conformidade com o art. 41 da Lei nº 8666/93, a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada. Como podemos perceber, esse princípio é corolário do princípio da legalidade.

Em relação ao assunto assim decidiu o TCU:

Não pode a Administração descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada, nos termos do art. 41 da Lei no 8.666/1993. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem



Sem maiores considerações, pode se concluir que as empresas não seguiram as condições previstas em edital, sendo assim, a Comissão de Licitação não pode aceitar qualquer que seja as alegações, reputando cumprida a exigência de que se cogita, afinal é sabido de todos que a prova do cumprimento de toda e qualquer exigência editalíssima deve ocorrer.

Também podemos concluir que a Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG ao habilitar a empresa, não está seguindo os itens exigidos em seu próprio edital, sendo assim, a Comissão de Licitação não pode aceitar qualquer que seja as alegações, reputando cumprida a exigência de que se cogita, afinal é sabido de todos que a prova do cumprimento de toda e qualquer exigência editalíssima deve ocorrer.

Dessa forma, fica salientado o descumprimento da empresa mais bem colocadas no certame, as condições editalíssimas, do Edital Nº 06/2018 – Processo de Licitação Nº 03/2018.

### III – DO PEDIDO

De sorte que, com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, requer-se o provimento do presente recurso, com efeito para que seja inabilitada para prosseguir no pleito, as empresas JOÃO SILVEIRA CONSTRUÇÕES – ME e MEGA FORTE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI – ME.

Outrossim, lastreada nas razões recursais, réquer-se que essa Comissão de Licitação opte pela inabilitação da empresa ora citadas e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informado, à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93, observando-se ainda o disposto no § 3º do mesmo artigo.

Nestes Termos  
P. Deferimento

  
M2 ENGENHARIA E CONSTRUTORA EIRELI – ME

CNPJ/MF nº 22.615.610/0001-32

MATHEUS ASSIS VIEIRA

RG: MG – 14.309.146 – PC/MG

E CPF: 080.190.016-62

22.615.610/0001-32  
M2 Engenharia e Construtora  
Matheus Assis Vieira  
Engenheiro Civil  
CREA/MG 174314-D

## COMPOSIÇÃO DO BDI (Bonificações e Despesas Indiretas)

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE  
MONTE CARMELO - MG

LOCAL: AVENIDA OLEGÁRIO  
MACIEL, 129 - 2º ANDAR

DATA: DEZEMBRO/2018

OBRA: EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA E COBERTURA DA  
QUADRA DE ESPORTES DO BAIRRO LAGOINHA, CONFORME  
CONTRATO DE REPASSE Nº 843.962/2017, FIRMADO ENTRE O  
MINISTÉRIO DE ESPORTE/CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O  
MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO - MG.

1) DESPESAS FINANCEIRAS - ( 1,00% a 1,21%)

1,21%

2) RISCOS - (0,50% A 1,00%)

1,00%

Riscos, administ. Central, administ. Garantia	1,055
Despesas financeiras	1,012
Bonificação/lucro	1,087
COFIS/PIS/ISS/CPMF	0,887

3) TAXA DE ADMINISTRAÇÃO - ESCRITÓRIO CENTRAL - ( 3,80% a 4,67%)

4,67%

4) BONIFICAÇÃO / LUCRO - (6,20% a 8,69%)

8,69%

5) SEGURO E GARANTIA - ( 0,32% a 0,80%)

0,80%

6) IMPOSTOS - tais itens podem variar.

ISS - Variação entre 2% a 5%, sendo justificado pela Legislação Tributária Municipal

COFINS= 3,00%

PIS=

0,65%

ISS=

3,20%

CPRB=

4,50%

Contribuição Previdenciária sobre a receita bruta, no caso de desoneração na folha

**BDI= 32,12%**

FÓRMULA:

$$BDI = \left\{ \frac{[(1 + (AC + R + S + G))(1 + DF)(1 + L)]}{1 - T} - 1 \right\} \times 100$$

ONDE:

AC = taxa representativa das despesas de rateio da administração central;

R = taxa representativa de riscos;

S = taxa representativa de seguros;

G = taxa representativa de garantias;

DF = taxa representativa das despesas financeiras;

L = taxa representativa do lucro/remuneração;

T = taxa representativa da incidência de tributos;

**ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE COMPOSIÇÃO DE CÁLCULO DE BDI,  
APRESENTADO PELA A EMPRESA MEGA FORTE ENGENHARIA E  
CONSTRUÇÕES EIRELI - ME**

22.615.610/0001-32  
M2 Engenharia e Construtora  
Matheus Assis Vieira  
Engenheiro Civil  
CREA/MG 174314-D